

Índice

70 anos da R. P. China: Poder, ideologia e debilidades.....	1
Os médicos italianos rejeitam o suicídio assistido.....	2
“El delirio del crecimiento”	3
“Evolución”	4

70 anos da R. P. China: Poder, ideologia e debilidades

A 1 de outubro de 1949, nascia a República Popular da China, depois da vitória dos comunistas de Mao Zedong sobre os nacionalistas de Chiang Kai-shek. Os festejos cheios de pompa do 70.º aniversário foram a montra da China de Xi Jinping, mais comunista e mais nacionalista do que nunca depois de Mao.

Mao foi algo mais do que um ideólogo. Foi também um fervoroso nacionalista. Queria construir o socialismo, mas com características chinesas. É uma ideia que continua a ser repetida atualmente pelo presidente Xi Jinping, o homem que obteve mais poderes na China desde a morte de Mao, e que aspira a perpetuar-se no governo abandonando o sistema de direção colegial estabelecido desde a retirada da vida política do reformista Deng Xiaoping.

A realidade é que o próprio Mao, em confiança feita a Henry Kissinger, assegurou que não tinha podido mudar a China para lá de Pequim e dos seus arredores. As campanhas políticas de Mao, desde o Grande Salto em Frente à Revolução Cultural, tinham a ver com o temperamento do líder, disposto a não perder o seu protagonismo na vida pública e a não ficar relegado ao papel de um velho imperador retirado em vida. Por isso, apreciava as crises permanentes. Mas no fundo, a velha China nunca deixou de existir, apesar dos uniformes oficiais maoístas, e o seu governo converteu-se

numa burocracia de mandarins, dispostos a apoiar as decisões do Novo Filho do Céu.

Faltava, contudo, a componente tradicional do confucionismo, que Mao não apreciava, mas os seus sucessores rapidamente iriam descobrir que as ideias de Confúcio, que advogam o reforço do princípio de hierarquia social, podiam ser úteis na China governada pelo Partido Comunista (PCCh). Com o decorrer do tempo, poder-se-ia afirmar que havia surgido nesse país uma nova dinastia, na qual as ideias do marxismo podiam conviver com uma certa harmonia juntamente às tradições de governo de um império milenar.

Assim é o Estado do que bem se poderia designar pela “dinastia comunista”, mais concretamente do poder encabeçado por Mao ou por Xi Jinping. Talvez a diferença esteja entre a vontade de criar uma nova China deixando para trás muitas das suas tradições, e a de integrar o legado histórico e cultural ao serviço de uma China dirigida, em ambos os casos, pelo PCCh e pelo seu líder.

Xi Jinping necessita de apostar na pureza ideológica, acompanhada ao mesmo tempo de um nacionalismo chinês que aspira a ter uma projeção global. Neste contexto, a figura de um reformista como Deng Xiaoping passou para segundo plano, porque a perceção alargada sobre ele é que era um pragmático com a sua defesa do mercado – no qual o Estado e as suas empresas continuavam a ter um papel principal – e as suas afirmações de que a pobreza não devia ser identificada com o socialismo.

Deng Xiaoping não foi considerado nas instâncias oficiais como o criador de uma doutrina ou pensamento próprio,

equiparável ao de Mao. Em vez disso, agora fala-se de “pensamento Xi Jinping” e ele é situado à altura do fundador da República Popular. Integra a Grande Harmonia, utilizando uma expressão de Confúcio, cujas doutrinas, algo vulgarizadas, podem ser mais um elemento para que seja construído o “sonho chinês”, mencionado muitas vezes por Xi nos seus discursos.

As celebrações do 70.º aniversário do regime chinês estão um pouco ofuscadas pelo clima de protestos em Hong Kong, cuja população se agarra maioritariamente ao estipulado no acordo de retorno da soberania pela Grã-Bretanha, e que se resume no lema: “Um país, dois sistemas”. É verdade que a antiga colónia britânica continua a ser um importante centro económico e financeiro, mas a sua semiautonomia política está a ser submetida a uma forte pressão desde há vários anos, e tudo em nome do patriotismo, centralizador e unificador, defendido por Pequim. As autoridades chinesas movimentam-se com uma certa cautela, embora também deixem claro que não hesitariam em utilizar a força.

Isto constitui um risco para ambas as partes, sobretudo para o regime chinês, que teria de reprimir uma população muito mais numerosa do que a dos estudantes concentrados em Tiananmen no ano de 1989, e com a agravante de que o sucedido será amplificado pelas redes sociais. E outro ponto de fricção são as consequências da guerra comercial entre os EUA e a China, que significa um aumento da incerteza sobre o futuro da economia mundial, e implica uma desaceleração do crescimento económico chinês, com todas as repercussões sociais que isto representa.

O dia 1 de outubro de 2019 foi a ocasião para mostrar em Pequim o mais espetacular desfile militar da sua história, com tecnologia de origem exclusivamente chinesa, incluindo mísseis intercontinentais. Esta demonstração de força procura infundir na opinião pública que o regime chinês está preparado para responder aos desafios e consolidar-se como potência global, mas a segunda economia mundial não deveria esquecer que o poder e a influência no complexo cenário internacional dos nossos dias não se medem exclusivamente pelas capacidades militares. Contam muito a dimensão económica e o *soft power*, dois aspetos nos quais Deng Xiaoping, o grande reformador da China moderna, tinha ampla experiência.

A. R. R.

Os médicos italianos rejeitam o suicídio assistido

Na sequência de um caso grave, o Tribunal Constitucional italiano declarou que a cooperação no suicídio pode ser lícita em determinadas circunstâncias. O assunto foi levantado por um juiz de Milão que conhecia a queixa contra Marco Cappato, ex-eurodeputado e membro do Partido Radical, que ajudou a morrer Fabiano Antoniani, conhecido como DJ Fabo, tetraplégico e cego por causa de um acidente de trânsito.

Cappato acompanhou Antoniani até à Suíça em 2017, onde o entregou a uma clínica especializada em eutanásia. A seguir denunciou-se a si próprio aos Carabinieri de Milão... Era uma provocação para tentar conseguir uma nova interpretação do artigo 580 do Código Penal, que tipifica a assistência ao suicídio e castiga essa conduta com penas graves, que podem chegar aos doze anos de prisão.

Em 2018, o TC tinha-se dirigido ao parlamento sobre a necessidade de reformar esse preceito, que poderia não ser compatível com o princípio geral da proporcionalidade das penas, e não teria em conta outros valores, como a dignidade da pessoa e a sua autodeterminação. Talvez o propósito de fundo assuma um desejo de ampliar de facto a interpretação da vigente lei 219 sobre o fim da vida.

Perante o silêncio parlamentar, os magistrados decidiram resolver diretamente o assunto. Conhecida a publicação da sentença, pode-se então avaliar exatamente o alcance da decisão, que parece facilitar a ajuda ao suicídio, quando existam determinadas causas. Na primeira versão do comunicado da Consulta constitucional, segundo a informação publicada pelo diário “Avvenire” a 26 de setembro, era contemplada a presença de “uma doença irreversível, fonte de sofrimento físico e psicológico”; num segundo comunicado, a conjunção “e” foi substituída por “ou”.

Esse requisito deveria ser combinado com outros critérios, como a prevenção de tratamentos vitais desproporcionados, o reconhecimento de uma decisão prévia livre e consciente, o respeito pelas regras do consentimento informado, os critérios em vigor sobre cuidados paliativos e sedação profunda, assim como, por último, a necessidade de contar com o parecer da comissão ética territorialmente competente.

Perante a decisão constitucional, Filippo Anelli, presidente da Organização Médica Colegial, afastou a responsabilidade dos médicos e transferiu-a para o “funcionário público que representa o Estado”. Nessa linha, várias associações de médicos, como as de Roma ou de Novara, recordaram o vigente Código Deontológico da profissão que, no seu artigo 17 estabelece que, “mesmo a pedido do doente, não devemos levar a cabo nem fomentar atos destinados a causar a morte”.

A esta reação acrescenta-se a da Conferência Episcopal italiana, que repetiu a doutrina clássica que considera a cultura da morte como uma profunda ferida da liberdade humana. O secretário-geral da Conferência, Mons. Stefano Russo, durante a conferência de imprensa depois da sessão de outono do Conselho Permanente dos bispos, expressou a sua surpresa perante “uma declaração tão forte sem uma aprovação parlamentar”. E reiterou o compromisso dos bispos italianos de estarem “atentos e vigilantes na proteção da vida das pessoas, especialmente daquelas que se encontram em situações de penúria, dificuldade e doença”.

Segundo recordou o Papa Francisco numa recente [audiência à Federação Italiana de Associações de Médicos, Cirurgiões e Odontologistas](#) (20.9.2019), “pode-se e deve-se rejeitar a tentação – induzida também por alterações legislativas – de utilizar a medicina para apoiar uma possível vontade de morrer do doente, proporcionando ajuda ao suicídio ou causando diretamente a sua morte por eutanásia”.

Como costuma suceder neste tipo de campanhas, o caso Cappato teve mais eco nos meios de comunicação que o da exemplar família Okamoto, conhecida pela morte de seu filho Ignazio em finais de agosto, depois de 31 anos de vida em “estado vegetativo”, após outro acidente de trânsito em 1988 quando tinha 21 anos. Os seus pais subordinaram tudo ao atendimento prestado ao filho. O pai, Héctor, batizado embora não praticante, confessaria com simplicidade: “Pelos filhos fazemos tudo, o amor não é consciente. Bastava-me vê-lo feliz de cada vez que lhe lavava a cabeça para me sentir pago por tudo. Para os pais esse era o momento mais belo do dia. Olhávamos para os seus olhos e víamos muito claramente que o nosso filho Ignazio relaxava e se sentia inteiramente em paz”.

À partida, as reações dos médicos em face da decisão do Tribunal Constitucional constituem um radical distanciamento em face dos possíveis desejos de práticas dirigidas para provocar a morte. Transferem esse tipo de decisão à autoridade administrativa. Há quem, com algum sentido de humor macabro, lamente a recuperação da figura do “carrasco”, encarregado de executar a pena de morte decidida por outros. De nenhuma forma, pode ser tarefa do médico.

S. B.

“El delirio del crecimiento”

“The Growth Delusion”

Autor: David Pilling
Taurus. Barcelona (2019)
328 páginas.

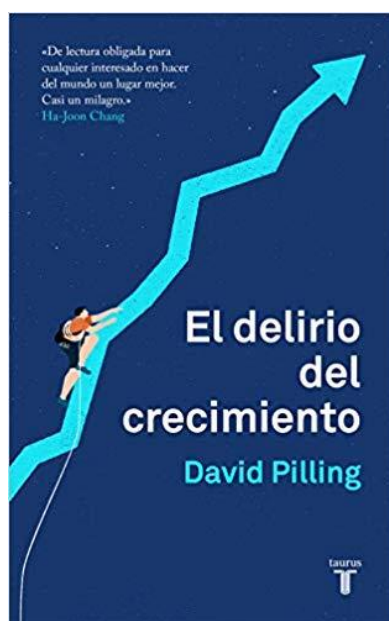
Se nos habituámos a expressões do tipo “prevê-se que a nossa economia venha a crescer acima da média dos países da nossa área”, ou “o novo cenário permite aumentar em duas décimas o crescimento previsto”, é porque o crescimento económico ocupa um lugar de exceção nos discursos, debates e, conseqüentemente, nos meios de comunicação. Perante este protagonismo, devemos interrogar-nos sobre o que se está a medir realmente e quais as repercussões que essa obsessão pelo crescimento poderia estar a ter na nossa sociedade.

David Pilling, editor do “Financial Times”, apresenta uma análise profunda, atraente e acessível sobre as consequências do culto desmedido pelo crescimento, e sobre o conceito que se utiliza para medi-lo: o famoso PIB (Produto Interno Bruto). Assim, regressa até às origens desta macro dimensão económica e explica que foi Roosevelt quem, durante a Grande Depressão, pediu ao economista e estatístico Simon Kuznets que encontrasse um modo de medir toda a atividade económica ou, o que dá no mesmo, que descobrisse um número capaz de refletir o “valor acrescentado” gerado pela produção dos setores que configuram a economia de um país. Mas o PIB converteu-se na referência indiscutível da economia graças a John Maynard Keynes. Pilling, contudo, explica as advertências do próprio Kuznets sobre o suposto alcance deste instrumento para apreciar o sucesso económico ou bem-estar de um país.

O resto do livro é dedicado não tanto a questionar o contributo do PIB, como a identificar as suas limitações. Sobre estas últimas, o autor presta especial atenção ao que considera as muito importantes: não distingue entre produção “boa” e “má”, e é incapaz de integrar o valor das melhorias na qualidade dos produtos e serviços. Na sua opinião, isto faz do PIB um conceito distorcido e, de qualquer forma, não muito útil para definir a política económica. As economias atuais reclamam uma nova referência, mais precisa, que inclua fatores também determinantes, como pode ser a educação, os empregos, a saúde, o meio ambiente ou a sustentabilidade. [Assim o referiram alguns especialistas](#) (18.11.2009). Nesta linha, propõe um conjunto de medidas alternativas que, na sua opinião, se ajustam melhor ao novo contexto económico e social, como o PIB *per capita*, o rendimento médio, o Produto Interno Líquido ou o Índice de Progresso Real.

Se o título do livro não deixa lugar a dúvidas sobre o que denuncia o autor, um olhar à nossa volta confirmará que nos convertemos em escravos de uma definição errada do crescimento económico. Definição que, segundo Pilling, está a ter consequências no nosso modo de vida e no planeta que habitamos. Mas também considera que, se fizermos os ajustamentos oportunos na maneira de conceber o crescimento e de medi-lo, estaremos a tempo de contribuir para deixar um mundo melhor.

L. B. M.



“Evolución”

Autor: Javier Novo
Rialp. Madrid (2019)
132 págs.

O exercício de divulgação que Javier Novo faz neste ensaio é verdadeiramente brilhante. Por um lado, mostra-nos o majestoso panorama que a biologia coloca perante os nossos olhos. Ao mesmo tempo, dá resposta aos mal-entendidos e conflitos que a evolução pode suscitar em muitos crentes que têm uma ideia pobre da teoria e, precisamente por isso, dificilmente conciliável com a fé que professam.

O título é provocador, como o são diversas afirmações que o leitor encontrará. Quer reclamar a atenção de crentes que, ou são abertamente hostis às teorias de evolução, ou simplesmente toleram-nas com uma certa desconfiança. Mesmo que, sem dúvida, a sua leitura também venha a ser muito proveitosa para aquelas pessoas que, crentes ou não, com ou sem preconceitos, estejam interessadas em conseguir uma visão global do que afirma hoje a teoria da evolução.

O autor defende a ciência com ciência. Clarifica de maneira brilhante as noções que para o crente podem tornar-se mais suspeitas. A compreensão do processo gradual da evolução e o seu reflexo no registo fóssil, a noção de acaso que acontece na evolução, o papel da seleção natural ou o sentido ou o sem sentido dos processos evolutivos, constituem os fios condutores das suas argumentações que avança. O acerto nos exemplos empregados para ilustrar conceitos nada fáceis torna amena a leitura.

Ao longo de dez capítulos apresenta os fundamentos da biologia evolutiva e denuncia aquilo que não faz parte da teoria, mas do fantasma evolutivo que muitas vezes é agitado contra o crente. Como o próprio Novo reconhece, os primeiros capítulos são uma preparação para chegar a um dos temas que mais debate suscitam e que talvez seja o mais complexo de abordar: a evolução da mente. Se devemos louvar o autor pelo sucesso de ter conseguido explicar tanto e tão bem em tão pouco espaço, neste ponto a brevidade converte-se numa apreciação em pormenor de temas que pode deixar o leitor um pouco insatisfeito. O último capítulo é um alfinete de ouro onde Novo recolhe e “amarra” os fios que se foram desdobrando ao longo do texto.

Parece-me um livro que, na sua brevidade, cumpre plenamente o seu objetivo. Vão surgindo ao longo do texto considerações de carácter filosófico e teológico. Estas, como deve ser, andam de mãos dadas com a ciência. Talvez se pudessem encontrar fissuras nalgumas abordagens: o carácter gnoseológico que é dado à fé ou o estatuto ontológico do espírito são, por exemplo, temas onde teria sido desejável uma maior precisão, mas também é verdade que teriam exigido uma extensão incoerente com os objetivos do livro.

Em suma, trata-se de um trabalho que, partindo da ciência, convida o leitor a fazer uma reflexão em que a grandeza de Deus e a sua ação se veem reforçadas e, simultaneamente, apela à necessidade de uma fé mais profunda e coerente.

S. C.

JAVIER NOVO



EVO LU CIÓN

[PARA CREYENTES Y OTROS ESCÉPTICOS]

RIALP